



Gênero e Espaço Urbano: uma análise feminista dos espaços públicos no Centro Histórico de São Luís

Gender and Urban Space: a feminist analysis of public spaces in the Historic Center of São Luís

Eloina Maria Moura Reis dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão, Mestre/Arquiteta e Urbanista, eloinareis@yahoo.com.br

Resumo. *O estudo analisa como as relações sociais de gênero influenciam a conformação do espaço urbano, com ênfase no acesso das mulheres a serviços, equipamentos e oportunidades. Fundamenta-se em uma perspectiva materialista, com base nos aportes de Lefebvre, Jacobs e Villaça, articulando-se aos debates de gênero presentes em Butler, Saffioti, De Lauretis e Foucault. Adota-se a metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade para avaliar as intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico de São Luís entre 2016 e 2022, no âmbito do Programa Municipal de Revitalização, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. A partir da aplicação de questionários com mulheres usuárias do território, analisam-se percepções sobre segurança, acessibilidade e apropriação do espaço público. Os resultados indicam avanços na infraestrutura urbana, porém revelam a permanência de desigualdades de gênero. Conclui-se que as políticas urbanas devem incorporar de forma sistemática a perspectiva de gênero para promover a equidade e o direito pleno das mulheres à cidade.*

Palavras-chave. *espaço público; gênero e cidade; equidade urbana.*

Abstract. *This study investigates how gender relations influence the configuration of urban space, particularly regarding women's access to services, infrastructure, and opportunities in the city. Grounded in a materialist perspective and supported by the theoretical contributions of Lefebvre, Jacobs, and Villaça, it dialogues with gender theories from authors such as Butler, Saffioti, De Lauretis, and Foucault. The research applies the methodologies of Gender Safety Audit and Walkability to evaluate urban interventions carried out in São Luís' Historic Center between 2016 and 2022, under the Municipal Revitalization Program funded by the Inter-American Development Bank. Through questionnaires with women users of the area, the study assesses perceptions of security,*



accessibility, and spatial appropriation. Results indicate infrastructure improvements and overall user satisfaction, but also reveal persistent gender inequalities. The study concludes that urban policies must systematically incorporate a gender perspective to promote equity and ensure women's full right to the city.

Keywords: *public space; gender and city; urban equity.*

1 Introdução

Esta pesquisa nasce de reflexões pessoais aliadas à experiência acumulada ao longo de mais de 25 anos de atuação na gestão pública de São Luís (MA), especialmente na elaboração e implementação de programas urbanos com o apoio de agentes multilaterais. Como coordenadora da Unidade Gestora do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fui responsável por assegurar o cumprimento das salvaguardas socioambientais exigidas pelo organismo internacional, com ênfase na realização de processos de consulta significativa junto às partes interessadas. Essa vivência despertou a necessidade de aprofundar a compreensão dos processos de planejamento urbano adotados no programa — da concepção à execução — e, sobretudo, de refletir criticamente sobre a presença e o papel das mulheres nos espaços públicos da cidade.

Durante a execução do programa, oficinas comunitárias envolveram significativamente as mulheres, tanto na participação popular quanto na equipe técnica. Contudo, emergiu uma inquietação sobre como essa participação efetivamente influenciou o desenho urbano e a formulação das políticas públicas implementadas, ressaltando a necessidade de investigar o processo, as ferramentas utilizadas e os resultados alcançados. Para essa análise foram escolhidos os seguintes espaços públicos: Parque do Bom Menino, Praça da Bíblia, Praça da Saudade e Praça da Misericórdia.

Historicamente, o planejamento urbano tem sido guiado por parâmetros técnicos e legais, muitas vezes considerados neutros e universais. No entanto, tal abordagem tende a desconsiderar as dinâmicas sociais que moldam a vivência urbana. Tornar o planejamento verdadeiramente inclusivo requer o reconhecimento das diferentes formas de habitar a cidade e da diversidade de necessidades presentes entre os grupos sociais. Neste sentido, compreender como as relações sociais — especialmente aquelas marcadas por gênero, raça e classe — se materializam na estrutura e uso dos espaços urbanos é fundamental para revelar desigualdades e propor políticas que promovam justiça espacial.

A partir da década de 1970, o conceito de gênero passou a ser incorporado ao debate sobre o planejamento urbano, sendo compreendido como uma construção sociocultural distinta do sexo biológico. A divisão sexual do trabalho impôs às mulheres a responsabilidade por atividades reprodutivas e de cuidado, geralmente não remuneradas



e invisibilizadas, enquanto aos homens foi reservado o espaço produtivo e público. Ainda hoje, mesmo inseridas no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam piores condições salariais e permanecem sub-representadas nos processos de tomada de decisão sobre a cidade. Como aponta Calìò (1992), referindo-se a Engeu (1974), "a cidade reproduz uma divisão dada por natural. Existe um 'fora' e um 'dentro'. O fora da cidade é o espaço dos homens. Com o espaço de dentro, o lar, julga-se que as mulheres tenham segurança."

A desigualdade de gênero no Brasil é uma realidade evidente e multifacetada. Segundo dados do IBGE¹, as mulheres seguem como principais responsáveis pelos cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiência; predominam no trabalho informal; são usuárias majoritárias do transporte público; e enfrentam cotidianamente situações de violência e assédio nos espaços urbanos. Essa realidade é também observada no contexto analisado, onde mulheres que atuam no comércio informal, dependem do transporte público e vivenciam riscos no uso dos espaços públicos requalificados são maioria. Tais dados reforçam a importância de incorporar a perspectiva de gênero como dimensão estruturante no planejamento urbano, considerando que as relações de dominação e exclusão também se expressam e se perpetuam na configuração do espaço.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral contribuir com a discussão de gênero e cidade através da análise da qualidade das intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico da capital maranhense, pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís-PROCIDADES/ BID, quanto à perspectiva das mulheres que ocupam os espaços requalificados através das narrativas orgânicas que surgem quando as pessoas interagem com seus ambientes urbanos. E como objetivos específicos visa:

- Compreender a perspectiva de gênero dentro do recorte estabelecido;
- Avaliar os instrumentos de planejamento urbano utilizados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico como ferramenta inclusiva de gênero no território;
- Analisar as intervenções realizadas nos espaços públicos requalificados pelo programa através da perspectiva de equidade de gênero, funcionalidade e empoderamento das mulheres afetadas diretamente pelas intervenções;
- Compreender a percepção das mulheres comerciantes de rua que atuam nos espaços requalificados acerca dos possíveis impactos ocasionados pelas intervenções.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados da Agência IBGE Notícias. Acesso: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>



1.1 As intervenções do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís/BID

O Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís promoveu a requalificação de diversos espaços públicos localizados na área central da cidade.

Figura 1- Mapa das intervenções do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Autora (2023)

Como recorte territorial para esta pesquisa, foram selecionados quatro desses espaços, cujas intervenções apresentam características relevantes para a análise sob a perspectiva de gênero:

- **Praça da Saudade:** recebeu melhorias como arquibancada para eventos culturais, área destinada a floristas, playground, banheiros acessíveis, espaço para troca de fraldas e oito novos quiosques. É especialmente frequentada no período noturno, em razão das atividades culturais e do funcionamento dos quiosques, além de registrar grande fluxo no Dia de Finados devido ao comércio intenso de flores.



Figura 2-Foto aérea praça da Saudade



Fonte: Semispe (2021)

- **Praça da Misericórdia:** preservando elementos coloniais em seu desenho original, a praça foi requalificada com novos acessos, quiosques, banheiros, paisagismo, iluminação pública e restauração do chafariz histórico. O entorno foi pavimentado com blocos intertravados e recebeu melhorias voltadas à acessibilidade. Situada em uma área predominantemente residencial, próxima a hospitais e clínicas, é utilizada majoritariamente por moradores da vizinhança, pacientes e profissionais da área da saúde.

Figura 3-Foto aérea praça da Misericórdia

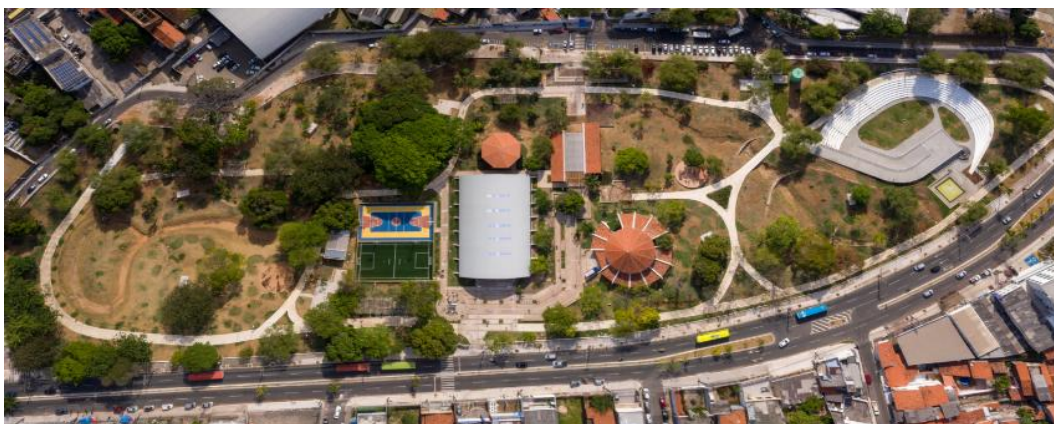


Fonte: Semispe (2021)



- **Parque do Bom Menino:** reconhecido como unidade de conservação ambiental desde 2013, passou por ampla requalificação, incluindo a reforma das quadras esportivas, instalação de quiosques, campo de futebol, playground e trilha ecológica para observação de aves. As intervenções também contemplaram drenagem urbana sustentável, videomonitoramento e adequações para acessibilidade. O entorno do parque foi reurbanizado com o objetivo de integrá-lo à Praça da Bíblia.

Figura 4- Foto aérea Parque do Bom Menino. Foto: Meireles Jr.



Fonte: Semispe (2021)

- **Praça da Bíblia:** requalificada em 2020, teve como foco a acessibilidade e a integração dos diferentes níveis topográficos do terreno. Foram implantados novos quiosques, playground, academia ao ar livre, área verde e espaços para atividades culturais. A praça também recebeu iluminação em LED, novo mobiliário urbano e sinalização, o que ampliou significativamente sua utilização por parte da comunidade local.



Figura 5 - Vista aérea Praça da Bíblia



Fonte: Semispe (2022)

As intervenções, concebidas de maneira integrada, priorizaram a promoção da acessibilidade universal, o conforto térmico proporcionado pelo paisagismo, a melhoria da mobilidade urbana e a ampliação da inclusão social. Os espaços requalificados beneficiaram diretamente trabalhadores e trabalhadoras do setor informal, majoritariamente mulheres², contribuindo para o aumento da circulação e permanência de moradores, moradoras e visitantes – elementos fundamentais na construção de cidades mais justas e seguras para todas as pessoas.

2 Entre Gênero, Corpo e Poder: caminhos metodológicos de um estudo feminista

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica com enfoque feminista, visando garantir uma perspectiva crítica sobre as intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico de São Luís. Para isso, seguimos as orientações de Maria Odila Leite da Silva Dias, que enfatiza a importância de evitar métodos tradicionais e funcionalistas em estudos feministas, por estarem voltados a sociedades estáveis e conservadoras. Em vez disso, propõe-se a adoção de abordagens baseadas no materialismo histórico marxista, nas reflexões de Françoise Vergès sobre decolonialismo e na teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano, conforme debatida por Maria Lugones. Para Lugones (2008), a colonialidade ultrapassa a classificação racial: é um sistema de poder que atravessa o

² Dados do IBGE (PNAD Contínua, 2022) indicam que mais de 50% das mulheres no Brasil estão ocupadas em atividades informais ou ligadas ao setor de serviços. A presença feminina nesses espaços se relaciona também ao conceito de *uso de gênero dos espaços*, discutido por Calió (1992) e Saffioti (1987).



controle do sexo, da autoridade, do trabalho, da subjetividade e da produção de conhecimento.

A decolonialidade, nesse sentido, é uma abordagem crítica que busca dismantlar as estruturas de poder e hierarquias herdadas do colonialismo, ainda presentes nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Vergès (2020) destaca que o feminismo decolonial reconhece que o gênero se entrelaça ao legado colonial, afetando especialmente mulheres racializadas e indígenas, o que escapa às lentes feministas tradicionais.

Essa perspectiva valoriza a descolonização do pensamento, a interseccionalidade, o combate aos estereótipos culturais e à homogeneização. Quijano (2005) associa isso à distinção entre “corpo” e “não corpo” na lógica eurocêntrica, destacando como a colonialidade do poder classifica os sujeitos com base em critérios raciais e culturais. Lugones complementa que tais classificações operam de forma binária e hierárquica, elegendo grupos dominantes como norma (por exemplo, mulheres brancas, burguesas e heterossexuais como padrão do que se entende por “mulher”).

A partir dessa crítica, recorreu-se à leitura marxista de Henri Lefebvre, que entende o cotidiano como chave para a análise do real. Essa lente permitiu observar o cotidiano das mulheres impactadas pelas requalificações urbanas, especialmente as trabalhadoras de rua e usuárias dos espaços públicos transformados.

Para as mulheres trabalhadoras dos espaços analisados, foram realizadas visitas técnicas e análise dos dados apresentados pela pesquisa de satisfação aplicada pela SEMISPE, que teve como objetivo registrar a satisfação dos usuários, usuárias, trabalhadores e trabalhadoras de rua nas áreas requalificadas. A análise qualitativa e quantitativa dos dados priorizou a avaliação da presença das mulheres em diversos usos e momentos do dia nos espaços requalificados estudados.

Para as mulheres usuárias desses espaços, buscou-se como referência a metodologia de auditoria cidadã desenvolvida pelo Projeto Mulheres Caminhantes³, criada em conjunto por três organizações: Rede Más, SampaPé! e Fórum Regional de Mulheres da Zona Norte, executado em São Paulo. O projeto tem como objetivo tornar o deslocamento das mulheres mais seguro, incluindo-as na construção dos espaços urbanos e políticas públicas, por meio de uma auditoria participativa. A metodologia analisa e propõe soluções para os espaços urbanos com uma perspectiva de gênero, considerando as necessidades e experiências das mulheres.

Esta metodologia foi denominada de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, criada a partir da integração de três linhas metodológicas de auditorias e observação do espaço público: auditorias de gênero; avaliações de caminhabilidade; e análises de qualidade do espaço público. Desse modo, um grupo de mulheres é posicionado

³ Ver relatório Mulheres Caminhantes – Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana. https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes___auditoria_de



como especialistas que avaliam o espaço público do ponto de vista da segurança com perspectiva de gênero e da mobilidade sustentável e propõem soluções que consideram os dois temas ao mesmo tempo.

A auditoria é composta por três etapas:

1. Levantamento prévio de dados estatísticos contextuais secundários do território;
2. Realização de encontros com mulheres que circulam no território, com atividades de mapeamento de sensações, avaliação do espaço público e cocriação de soluções;
3. Análise do processo e dos resultados para disseminação a atores estratégicos e à população em geral.

Para esta pesquisa, utilizamos as etapas um e dois, uma vez que, na etapa três foi realizada a análise do processo e dos resultados, porém não foi viável a elaboração de propostas e disseminação dos resultados aos atores públicos.

2.1 Etapas da Metodologia

A metodologia aplicada foi dividida em duas etapas principais:

Etapla 1: Levantamento de Dados Contextuais

Na primeira fase da pesquisa, foi realizado um levantamento de dados secundários sobre a área de estudo. Esses dados incluíram informações sobre a população local, índices de segurança pública, transporte, renda e a disponibilidade de equipamentos públicos. O levantamento também envolveu visitas técnicas às praças selecionadas para identificar as características socioespaciais do território. Durante as visitas, foram observados aspectos da infraestrutura de mobilidade a pé, como a qualidade das calçadas, e as vulnerabilidades sociais evidentes na região.

Etapla 2: Encontros com Mulheres Usuárias dos Espaços

A segunda fase da pesquisa consistiu em encontros com mulheres que circulam pelos espaços requalificados, com o objetivo de realizar atividades de mapeamento de sensações, avaliação do espaço público e cocriação de soluções. Foi feito um convite a 23 mulheres⁴, para participar da pesquisa, selecionadas com base em critérios de diversidade socioeconômica, etária, corporal, racial e de identidade de gênero. As participantes incluíram moradoras do Centro Histórico, moradoras do entorno das praças estudadas, mulheres transgênero e integrantes do Coletivo Por Elas Empoderadas⁵.

⁴ Nota de Observação Ética - Todas as participantes foram previamente informadas sobre os objetivos da pesquisa e assinaram termo de consentimento autorizando o uso de suas imagens e depoimentos para fins acadêmicos, incluindo esta dissertação e eventuais publicações derivadas. A pesquisa observou os princípios éticos de respeito à privacidade, uso responsável das informações e proteção da identidade das colaboradoras.

⁵ Coletivo em defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais do Maranhão



Após o convite, três mulheres foram selecionadas como facilitadoras das atividades, devido às suas experiências em arquitetura e biologia, o que contribuiu para a aplicação da metodologia e a coleta de dados. Além disso, uma jornalista foi convidada para registrar as atividades por meio de fotografias e filmagens. Foi elaborado um manual para as facilitadoras e realizadas duas reuniões preparatórias para ajustar a metodologia.

No primeiro encontro, após a acolhida inicial, foi apresentada a proposta da pesquisa de campo e a metodologia da Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, destacando que as mulheres participantes seriam as especialistas da atividade. Em uma roda de conversa, cada uma compartilhou seu nome e lugar favorito em São Luís — com destaque para o Centro Histórico, praias e áreas verdes da cidade.

Na primeira dinâmica, "Como me sinto quando...", as participantes expressaram, por meio de post-its, suas sensações relacionadas a diferentes formas de deslocamento e uso de espaços públicos. Caminhar gerou sentimentos ambíguos entre atenção e liberdade; a bicicleta foi associada a sensações positivas como independência e alegria, apesar da preocupação com o trânsito. O transporte coletivo evocou sentimento de insegurança, medo e impaciência, mas também alívio ao sair do ponto de ônibus. Estar em praças ou espaços públicos trouxe percepções de relaxamento, mas também a constante necessidade de vigilância.

Figura 6-Foto cartaz atividade "Como me sinto quando..." desenvolvida na oficina de auditoria

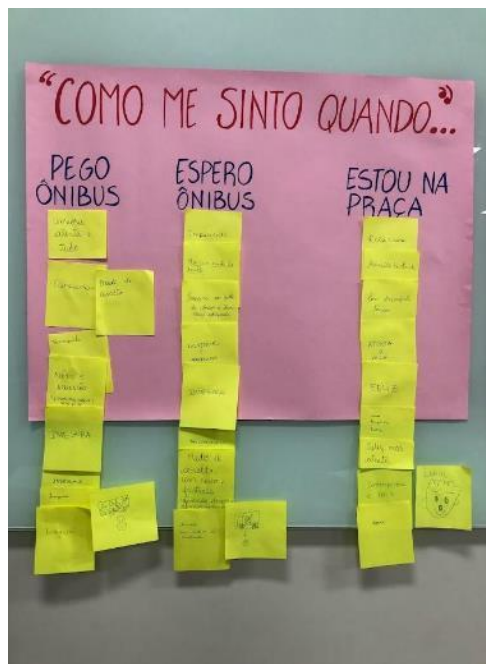
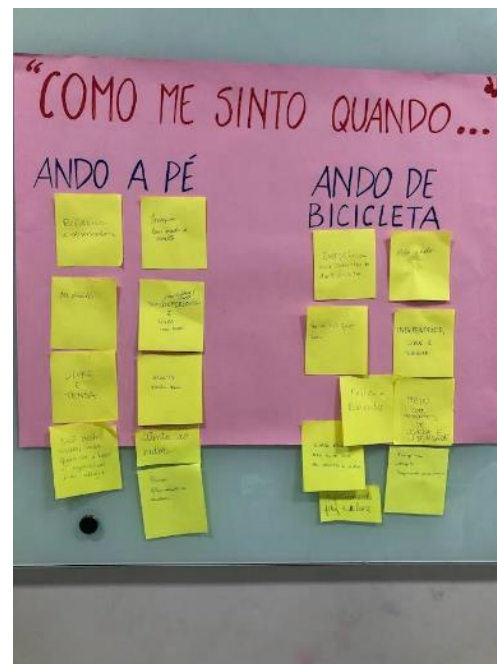


Figura 7-Foto cartaz atividades "Como me sinto quando..." desenvolvida na oficina de auditoria



Fonte: Autora (2023)

Na segunda etapa, as participantes mapearam seus trajetos até o local da atividade e os espaços que frequentavam ou evitavam. Em seguida, definiram dois percursos distintos para a auditoria, entre o prédio do SENAC, localizado na rua do Passeio, a Praça



da Misericórdia e a Praça da Saudade. Durante essa atividade, algumas participantes tiveram dificuldade em se localizar no mapa, sendo necessário o apoio das facilitadoras. Todas chegaram de carro ou carona, sem registros de uso de transporte público ou deslocamentos a pé.

Figura 8 - Foto das participantes marcando seus trajetos e pontos de referência no mapa.



Fonte: Autora (2023)

Após as dinâmicas, as participantes realizaram uma caminhada noturna em silêncio entre as praças Misericórdia e Saudade. O objetivo era captar as sensações de segurança de cada participante ao percorrer os diferentes trechos do trajeto. A percepção foi registrada em fichas de avaliação, nas quais as participantes classificaram suas sensações como positivas, neutras ou negativas.



Figura 9-Modelo de ficha de avaliação para auditoria de Segurança de gênero e caminhabilidade

CAMINHADA E AVALIAÇÃO

Avalie como você se sentiu em cada trecho com uma das carinhas

😊 😐 😞

TRECHO 01	LOCAL	ME SENTI	OBS.
TRECHO 02	LOCAL	ME SENTI	OBS.
TRECHO 03	LOCAL	ME SENTI	OBS.
TRECHO 04	LOCAL	ME SENTI	OBS.
TRECHO 05	LOCAL	ME SENTI	OBS.

Idade: _____
Raça /Etnia: _____

Fonte: Autora (2023)



Figura 10- Rota escolhida pelo grupo 01



Fonte: Autora (2023)

Figura 11- Rota escolhida pelo grupo 02



Fonte: Autora (2023)

Os grupos iniciaram a caminhada às 20h00, saindo do SENAC. A caminhada noturna da rota 1 foi marcada por interações constantes. O grupo era composto por 4 mulheres, incluindo uma facilitadora, e contou com a presença de duas crianças de 4 e 7 anos, filhos de uma das participantes. As crianças exploraram os obstáculos e parquinhos das praças ao longo do trajeto, demonstrando receio apenas diante da presença de insetos e roedores. As participantes caminharam próximas e atentas, sobretudo nos trechos mais escuros e com calçadas em más condições, zelando pela segurança das crianças.

- O início da caminhada foi considerado o momento mais tenso, devido ao vazio das ruas, o que gerou silêncio e desconforto no grupo;

- A sensação de insegurança foi amenizada com a chegada à Praça da Misericórdia, onde, apesar da iluminação precária, havia movimento de pessoas e música;



• As crianças brincaram nos equipamentos da praça, o que trouxe leveza ao momento;

• Participantes relataram incômodo com a sujeira, o mau cheiro e o estado degradado das calçadas em alguns trechos;

• Um ponto crítico foi a travessia da Rua das Cajazeiras, nas proximidades do Hospital Djalma Marques, que não possui sinalização nem faixa de pedestres, sendo uma via larga e inclinada, onde os veículos trafegam em alta velocidade. As mulheres atravessaram juntas, formando uma espécie de barreira protetora para as crianças;

• Na Rua do Passeio, ao passar por um bar onde homens ocupavam as calçadas com mesas, as participantes optaram por caminhar pela rua, evitando o estreitamento do espaço;

• A aproximação da Praça da Saudade trouxe uma sensação de alívio ao grupo;

• A presença de um grupo de ciclistas, pessoas nos quiosques e a boa iluminação contribuíram para a sensação de segurança na praça.

A caminhada da rota 2 foi realizada por cinco mulheres, sendo duas facilitadoras. O grupo permaneceu próximo e em silêncio durante todo o trajeto, em constante estado de atenção e alerta. Em alguns momentos, houve um pequeno distanciamento entre as participantes, o que fazia com que aquelas à frente olhassem frequentemente para trás, assegurando que nenhuma mulher ficasse isolada.

• Logo no início da caminhada, algumas participantes relataram medo ao cruzarem com um homem em uma área escura;

• Essa sensação de insegurança foi suavizada ao chegarem à Praça da Misericórdia, onde a presença de bares e música ao vivo gerou maior sensação de acolhimento;

• Foram recorrentes os comentários sobre o incômodo causado pelo acúmulo de lixo e pelas calçadas danificadas ao longo do trajeto;

• A chegada à Praça da Saudade foi novamente marcada por expressões de alívio, conforto e segurança, além do cheiro de comida e da movimentação no espaço, que contribuíram para uma experiência mais positiva.

No segundo encontro, realizado no período da manhã, iniciamos os trabalhos com uma roda de conversa com pouca mediação, para estabelecer as conexões e diferenças entre os medos das diversas violências às quais mulheres estão expostas. Durante a conversa, uma das facilitadoras registrava as falas para fixação no cartaz que continha a seguinte pergunta gatilho: Do que você tem medo ao caminhar na rua?

Durante a roda de conversa, alguns comentários das participantes evidenciaram a relação entre os elementos físicos da cidade e a sensação de insegurança ao caminhar. Foram citadas como obstáculos recorrentes: calçadas com piso quebrado, presença de lixo, buracos e desníveis – fatores que comprometem a caminhabilidade e acentuam o medo, especialmente entre as mulheres mais velhas. Uma participante jovem resumiu bem essa percepção ao afirmar para uma das mulheres mais idosas: *“A senhora deixa de ver a cidade para ficar olhando para o chão.”*

Além da precariedade da infraestrutura urbana, também foram mencionados receios relacionados a acidentes e situações imprevistas nas vias públicas. O medo de



assaltos surgiu frequentemente associado à violência sexual – este último, inicialmente mencionado por uma participante mais jovem, e prontamente reconhecido como relevante pelas demais, embora não tenha sido verbalizado espontaneamente pelas mulheres mais velhas.

Também foi comum o relato de medo ao caminhar sozinhas em locais vazios ou com pouca iluminação, bem como em situações com a presença de homens nas ruas. Em contraste, uma das participantes compartilhou uma experiência positiva: afirmou não sentir medo ao circular pela cidade, utilizando frequentemente patins ou bicicleta como meios de locomoção, e relatando sentir-se segura.

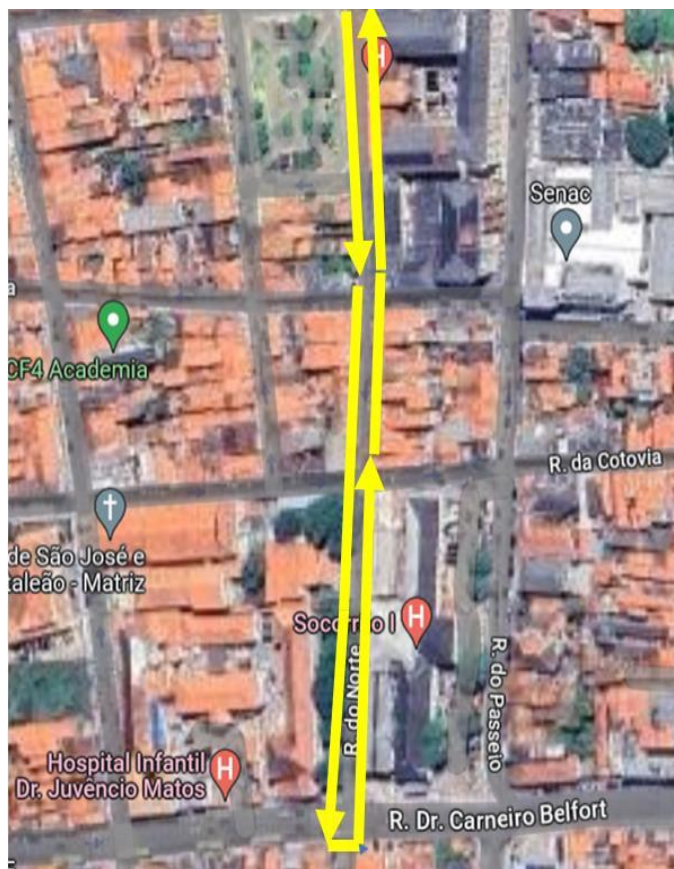
Após a roda de conversa, foi realizada uma avaliação de caminhabilidade, com uma introdução sobre diferentes tipos de violência urbana e uma discussão sobre mobilidade sustentável. A análise do espaço público foi conduzida por meio de quatro camadas de avaliação, que são descritas a seguir:

- Camada de baixo: Avalia as condições das calçadas e travessias, incluindo largura, pavimentação, inclinação, obstáculos e segurança das travessias;
- Camada de cima: Considera os elementos acima das calçadas, como fachadas, a qualidade da iluminação, conforto térmico, lugares para descanso, limpeza, poluição e interação com o comércio local e outros serviços, além da interação com a rua e da presença de violência simbólica;
- Camada de acesso: Refere-se à conectividade com outros meios de transporte e acessibilidade, avaliando o acesso ao transporte público e a sinalização, aos edifícios e lugares de espera;
- Camada de usos e pessoas: Avalia as sensações e interações através das condições das construções, diversidade, outras atividades realizadas na área, sons no caminho, cheiros, atitudes e comportamentos na rua.

As participantes foram organizadas em quatro grupos, sendo cada grupo responsável pela análise de uma camada distinta. Durante os percursos, realizaram registros fotográficos utilizando molduras verdes para destacar elementos positivos e vermelhas para os negativos, além de atribuírem notas de um a cinco — sendo um, a pior avaliação e cinco a melhor — com a possibilidade de justificativa qualitativa para as pontuações atribuídas.



Figura 12- Rota escolhida para avaliação das camadas



Fonte: Autora (2023)

Figura 13-Foto participantes registrando pontos positivos no trecho de análise



Fonte: Autora (2023)

Ao retornarem ao ponto de apoio, os grupos apresentaram os principais achados identificados ao longo do percurso e definiram, de forma coletiva, os problemas



prioritários. Complementarmente a essas ferramentas, foram realizadas visitas de observação em todos os espaços públicos contemplados pela pesquisa, em dias e horários diversos. O objetivo dessas visitas foi registrar as percepções da pesquisadora, enquanto mulher usuária dos espaços, e captar impressões de outras usuárias encontradas de forma aleatória durante os deslocamentos.

Figura 14 -Fotos de pontos positivos e pontos negativos detectados durante caminhada de análise



Fonte: Autora (2023)

Esses diferentes olhares contribuíram para uma aproximação mais sensível às experiências das mulheres que utilizam os espaços requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, bem como daquelas diretamente afetadas pelas intervenções urbanas implementadas. A abordagem adotada permitiu explorar as múltiplas camadas que envolvem o acesso das mulheres aos espaços públicos e à cidade.

Todas as percepções e sensações foram registradas por meio de instrumentos metodológicos desenvolvidos especificamente para esta etapa da pesquisa de campo, orientada pelos princípios da auditoria de segurança de gênero e da caminhabilidade. Os dados resultantes foram integrados à pesquisa de satisfação pós-ocupacional, aplicada a usuários, usuárias, trabalhadores e trabalhadoras dos espaços analisados, bem como aos demais procedimentos de análise documental. O conjunto dessas informações compõe os resultados aqui apresentados, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, com objetivos explicativos e exploratórios, visando articular teoria e prática em todo o desenvolvimento do estudo.



3 Narrativas Urbanas

Essa análise, inspirada pelas ideias de Jane Jacobs sobre a importância de observar as atividades cotidianas nos espaços urbanos, destaca a riqueza das narrativas que surgem dessas interações. A valorização da diversidade e da vitalidade urbana é central neste estudo, reconhecendo que as histórias individuais e comunitárias desempenham papel fundamental na configuração das cidades.

Este estudo analisou as narrativas urbanas de mulheres que vivem ou frequentam os espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Após a finalização das intervenções e uso dos espaços, foi realizada uma análise dos dados pós-ocupacionais fornecidos pela prefeitura de São Luís.

A pesquisa abrangeu 52 frequentadores, distribuídos conforme segue: 20 na Praça da Saudade, 10 na Praça da Misericórdia, 14 na Praça da Bíblia e 8 no Parque do Bom Menino. O objetivo principal foi avaliar a satisfação do público impactado, aferindo o efeito dos novos equipamentos públicos no cotidiano de seus frequentadores. A análise foi conduzida a partir da perspectiva feminina, com um comparativo entre as percepções das mulheres e as de outros grupos de frequentadores.

Foi realizada uma avaliação de satisfação utilizando questionários com perguntas abertas e fechadas, focada na pós-ocupação dos espaços requalificados. A avaliação considerou o desempenho ambiental e as percepções dos ocupantes, vendedores ambulantes, frequentadores e moradores, após um período de uso das intervenções.

A primeira etapa da identificação dos entrevistados envolveu o gênero e a faixa etária, seguida de questões sobre a situação socioeconômica, características e satisfação com os espaços públicos requalificados, além de perguntas específicas sobre o Trabalho Técnico Social (TTS), voltadas aos vendedores cadastrados pelo programa.

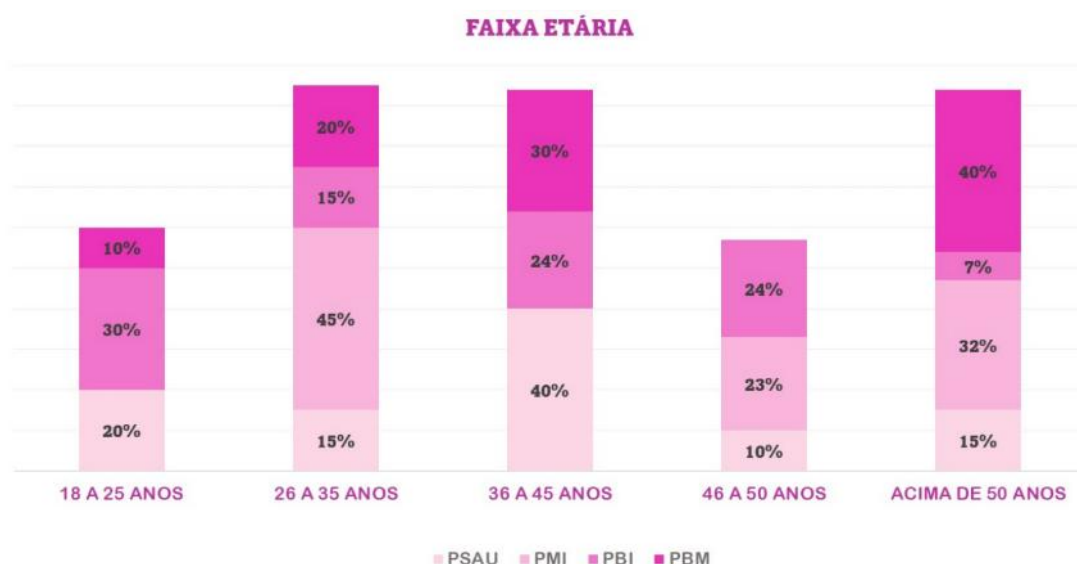


Figura 15-Gráfico de dados de gênero para os frequentadores entrevistados.



Fonte: Semispe (2022)

Figura 16- Gráfico de faixa etária dos frequentadores das Praças da Saudade (PSAU), da Misericórdia (PMI), da Bíblia (PBI) e Parque do Bom Menino (PBM)



Fonte: Semispe (2022)

A Avaliação Pós-Ocupacional (APO) realizada pela prefeitura indicou que os projetos do Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís alcançaram o objetivo de melhorar os espaços requalificados, com resultados positivos de satisfação dos frequentadores. No entanto, a avaliação não considerou as necessidades e impactos das intervenções sobre as mulheres, que continuam sendo o grupo minoritário nos espaços, especialmente no período noturno, muitas vezes por motivos relacionados ao cuidado,



como acompanhar crianças ou idosos. Além disso, observou-se a ausência de segmentos mais vulneráveis, como os moradores de baixa renda, nos espaços públicos, o que revela desigualdades no acesso a esses locais.

Como parte da pesquisa empírica sobre o uso desses espaços, foram realizadas várias visitas ao longo de 2023, em diferentes dias e horários. O objetivo das visitas foi observar a frequência de mulheres e o uso que elas fazem dos espaços públicos.

As visitas ao Parque do Bom menino foram realizadas em dois momentos distintos em 2023. Em ambas as ocasiões – uma à tarde, acompanhada a distância, e outra pela manhã, sozinha – observou-se uma predominância masculina nas áreas destinadas às práticas esportivas, enquanto as mulheres concentravam-se nos espaços de piquenique e na pista de caminhada. Durante uma das visitas, experimentei uma sensação de incômodo e restrição de liberdade ao fotografar um campeonato de futebol que ocorria no ginásio. Nessa ocasião, fui discretamente acompanhada por um guarda municipal, que buscava garantir minha segurança, mas cuja presença reforçou a percepção de vigilância e desconforto no espaço.

Além das observações, destacou-se a tentativa de incluir a perspectiva de gênero no projeto do parque, com propostas como banheiro de gênero neutro e banheiro família, sugeridas pela equipe técnica da Semispe após provocações do BID. Contudo, essas sugestões foram recusadas pela gestão municipal, que optou por reformar os banheiros existentes, mantendo a divisão tradicional por gênero. O único avanço foi a sinalização da pista de caminhada, que passou a incluir o símbolo feminino ao lado do masculino.

Figura 17 - Foto de sinalização com inclusão de gênero na pista de cooper do Parque do Bom Menino



Figura 18 - Foto de sinalização com inclusão de gênero no Parque do Bom Menino



Fonte: Autora (2023)



As visitas indicaram que o parque é majoritariamente utilizado para práticas esportivas, com aumento de frequência em relação ao período anterior às intervenções. Homens predominam nas atividades coletivas, enquanto as mulheres se concentram na pista de caminhada, parquinho e áreas de descanso. O horário de maior uso é o final da tarde. A área do Skate Park permanece com uso pontual em datas específicas de comemoração e sem registro de usuárias e usuários durante as visitas feitas.

As visitas à Praça da Bíblia seguiram a mesma metodologia aplicada no Parque do Bom Menino. Foram observadas maior presença de mulheres no final da tarde, geralmente acompanhando crianças, passeando com animais ou participando de atividades culturais. Um grupo de mulheres, por exemplo, aguardava o ensaio de uma dança junina e relatou sentir-se segura e confortável no local. À noite, a praça passa ser frequentada por um público mais jovem e predominantemente masculino, especialmente nos quiosques de alimentação, que só funcionam nesse período.

Durante a visita realizada pela manhã, o cenário encontrado foi de uma praça vazia, causando muita sensação de insegurança ao fazer os registros fotográficos. A presença das mulheres está majoritariamente relacionada a atividade de cuidado. Observou-se também a presença de crianças e adolescentes desacompanhados no período da tarde, o que pode indicar uma percepção positiva de segurança nesse horário.

As visitas à Praça da Misericórdia seguiram a mesma metodologia aplicada nos demais espaços. Foram registradas duas observações, em abril e maio de 2023. Na primeira, realizada à tarde e acompanhada a distância por meu companheiro, observou-se uma movimentação discreta, com funcionamento dos quiosques e presença de moradoras locais. A atmosfera era tranquila e acolhedora, com forte senso de comunidade entre os frequentadores. Já na segunda visita, pela manhã, a praça estava quase vazia, com apenas um quiosque aberto. No geral, o espaço se mostrou como um local de convivência pacífica, frequentado por pessoas da vizinhança, reforçando a sensação de segurança e pertencimento.

As visitas à Praça da Saudade ocorreram em dias e horários distintos, revelando dinâmicas variadas. Na primeira, realizada à tarde, observou-se pouca movimentação, com preparativos para o funcionamento noturno dos quiosques, em sua maioria ocupados por homens. O ambiente era tranquilo, com presença de mulheres acompanhando crianças e moradores interagindo.

Na segunda visita, pela manhã, a praça estava tomada por uma feira de hortifruti e um brechó organizado por mulheres, resultando em grande movimentação e diversidade de público. Em ambas as situações, a percepção de segurança foi mantida. A praça é mais frequentada nos períodos da tarde e noite, com equilíbrio entre homens e mulheres, especialmente devido ao comércio de alimentos e bebidas.

Na última etapa da pesquisa, foi aplicada a metodologia de Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, adaptada do modelo cocriado pelas organizações Rede MÃS, SampaPé! e Fórum de Mulheres da Zona Norte de São Paulo. A atividade ocorreu em dois dias, com participantes selecionadas com base em critérios como: residência na área central, trabalho na região ou uso dos espaços públicos, representando diversas faixas etárias, raças/etnias e formas de transporte.

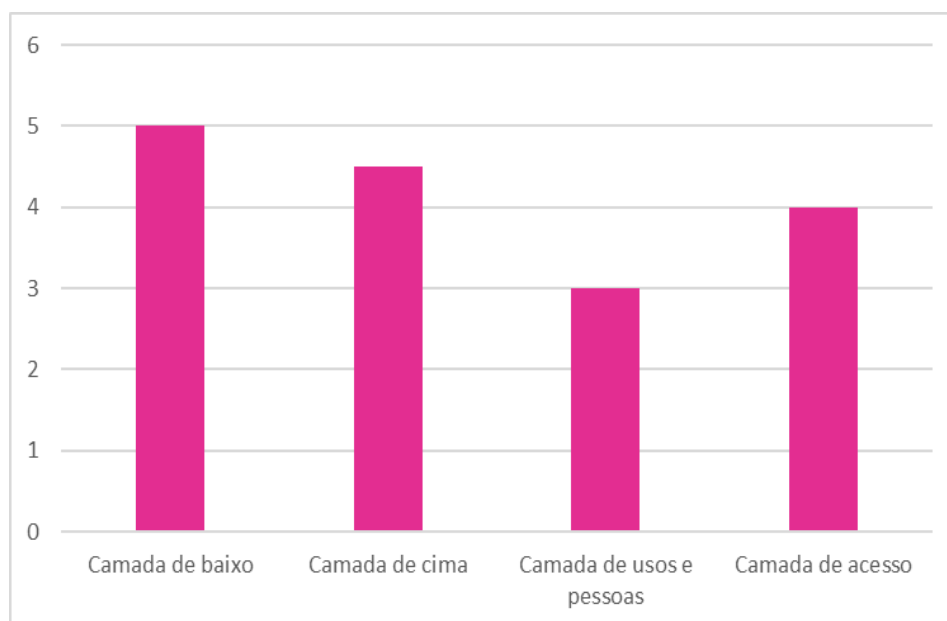


A experiência vivenciada na Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade trouxe informações sensoriais cruciais para a avaliação da qualidade dos espaços analisados. A Praça da Misericórdia e a Praça da Saudade se destacaram como “oásis” nesse trecho urbano, proporcionando alívio e sensações positivas durante a caminhada e o cotidiano das participantes. No entanto, as participantes relataram uma sensação de tensão durante a caminhada noturna, aumentando a vigilância sobre o percurso, as presenças e ausências nos trechos desertos. Esse alívio foi experimentado ao final da caminhada, ao encontrar maior movimentação, iluminação, cheiro de comida e música na Praça da Saudade, proporcionando uma sensação de segurança e bem-estar.

Um ponto relevante da auditoria foi a percepção de que as mulheres não constituíam a maioria na Praça da Saudade, com um número maior de mulheres acompanhadas por crianças ou por outras mulheres. Essa constatação gerou um reflexo importante: a presença de mulheres no espaço é, muitas vezes, marcada pela necessidade de companhia ou pelo cuidado, refletindo uma preocupação inconsciente de se identificar com outros presentes.

No segundo dia de auditoria, onde foram analisadas as camadas através da atividade de caminhada de avaliação e caminhabilidade, os grupos realizaram a avaliação do trajeto escolhido. Os itens com pior avaliação foram as camadas de usos e pessoas e camada de acesso. A camada de baixo teve uma nota positiva em função da intervenção na praça da Misericórdia registrado nas observações do grupo, que retrataram as largas calçadas, acessibilidade e conforto térmico do espaço.

Figura 19-Gráfico de resultados da avaliação das camadas



Fonte: Autora (2023)



Segue análise das camadas realizada pelas participantes da auditoria:

Tabela 1 – Resultados atividade de caminhada de avaliação e caminhabilidade

Camada de Baixo	Resultados
Calçadas e travessias	Praça da Misericórdia com boa estrutura, calçadas largas, travessias seguras, acessibilidade e boa sinalização. Restante do trecho pela Rua do Norte calçadas estreitas, muitos obstáculos, falta de manutenção. Travessias seguras com faixa de pedestre.
Camada de Cima	
Tudo o que está sobre a calçada e fachadas	Praça da Misericórdia com boa iluminação, conforto térmico, limpa, mobiliário adequado. No restante do trecho foram destacados a iluminação precária em boa parte da rua do Norte, presença de lixo e mau cheiro. Imóveis fechados e em abandono, sensação de insegurança. Relato de violência simbólica com a presença de um homem urinando na rua.
Camada de Acesso	
	Acessos aos imóveis muito deficiente ao longo de todo o trajeto. Acessibilidade apenas na praça da Misericórdia. Locais para descanso na área da praça e no ponto de táxi ao lado do Hospital Djalma Marques, destaque para a pintura no banco, informando que este é exclusivo para uso dos taxistas.
Camada de Usos e Pessoas	
	Diversidade de pessoas: mulheres, homens, idosos, jovens e crianças. Cheiros misturados: urina, churrasco, lixo e esgoto. Mistura de sons: ambulância, música. Atitudes afetuosas das pessoas com as participantes do grupo que eram moradoras da região na área da praça da Misericórdia. No restante do trecho indiferença e incômodo de um senhor que perguntou: “O que que esse bando de mulher está fazendo aqui?”

Fonte: Autora (2023)



Concluída a etapa de pesquisa de campo, torna-se possível analisar os dados e percepções que compõem as narrativas urbanas aqui apresentadas. Essas narrativas revelam a complexidade das relações humanas, os desafios sociais, econômicos e culturais, bem como as experiências individuais no contexto urbano, manifestando-se de forma concreta nos espaços públicos.

Segundo Lefebvre (1991), o espaço não deve ser compreendido apenas como uma entidade física, mas como uma construção social constituída por três dimensões interdependentes: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido (ou praticado). O espaço percebido corresponde ao espaço do cotidiano, vivenciado de forma subjetiva por seus usuários, influenciado por memórias, emoções e interações com o ambiente. Já o espaço concebido é aquele idealizado e planejado por profissionais como arquitetos, urbanistas e gestores públicos, expresso em mapas, planos, leis de zoneamento e regulamentos — uma representação formal e, por vezes, dissociada da realidade vivida. Por fim, o espaço praticado refere-se ao uso efetivo do espaço pelas pessoas, nos seus deslocamentos, encontros e atividades cotidianas.

Essas três dimensões são fundamentais para compreender as dinâmicas sociais e urbanas, uma vez que moldam e são moldadas pelas relações humanas. O espaço urbano, portanto, não é neutro: ele reproduz estruturas de poder, dominação e desigualdade. Dentre essas estruturas, destacam-se as relações de gênero, que, em uma sociedade patriarcal, impõem papéis sociais distintos a homens e mulheres, gerando desigualdades políticas e sociais (PATEMAN, 1993).

Nas últimas décadas, os estudos feministas avançaram significativamente, oferecendo contribuições valiosas para a compreensão do lugar da mulher em sociedades capitalistas e patriarcais. Esses estudos superam visões deterministas baseadas em diferenças biológicas, propondo uma leitura cultural das desigualdades de gênero e revelando como as mulheres são condicionadas e percebidas socialmente. Eles ampliam o debate para além das estatísticas de desigualdade, refletindo sobre como as mulheres percebem, ocupam e significam os espaços urbanos, especialmente no que diz respeito à segurança, à convivência, ao lazer e ao bem-estar de seus filhos.

Analisar os espaços públicos sob a ótica de gênero implica questionar quem os concebeu, para quem foram desenhados, a quem realmente servem e que sentimentos despertam em seus usuários e usuárias. Nem todos os espaços urbanos são inclusivos, acolhedores ou acessíveis; muitos falham em promover o encontro, a mobilidade segura e o sentimento de pertencimento. Como nos adverte Foucault (1988, p. 102), vivemos em uma “sociedade da normalização”, onde os espaços públicos são muitas vezes concebidos a partir de uma perspectiva heteronormativa.

Reconhecer a heteronormatividade como base da configuração urbana permite visibilizar os múltiplos desafios enfrentados diariamente pelas mulheres no exercício do seu direito à cidade. A presença ativa das mulheres nas dinâmicas urbanas e na formulação das políticas públicas urbanas representa não apenas um ato de resistência, mas também



um movimento de conquista de poder e cidadania. Esse protagonismo contribui para a desconstrução de estruturas opressoras e a construção de cidades mais justas, seguras e inclusivas para todas e todos.

O direito à cidade, conforme definido por Rolnik (2018), engloba moradia, serviços, cultura, lazer e mobilidade, sendo essencial para a justiça urbana. No contexto do Centro Histórico de São Luís, as áreas requalificadas funcionam como “ilhas” de qualidade em meio à precariedade do entorno, demonstrando a importância do planejamento urbano integrado.

Apesar do potencial dos processos participativos, a prática mostra que esses são frequentemente utilizados apenas para cumprir exigências formais de organismos financiadores, como o BID. A participação precisa ser significativa, respeitando as especificidades dos territórios e suas populações, para que os programas realmente dialoguem com as demandas locais.

Incorporar a perspectiva de gênero no planejamento urbano é reconhecer que homens e mulheres vivenciam a cidade de formas distintas, com acessos e oportunidades desiguais. Se a cidade é formada por múltiplos territórios e marcada pela diversidade, é necessário refletir criticamente sobre como os espaços reproduzem exclusões e desigualdades. Isso conduz ao debate sobre cidadania, direito à cidade e justiça espacial (Fraser, 1990; Soja, 2010).

4 Considerações Finais

Este estudo analisou os espaços públicos requalificados pelo Programa Municipal de Revitalização do Centro Histórico de São Luís sob a perspectiva de gênero, a partir de um recorte territorial que permitiu uma avaliação pós-ocupacional, com foco na percepção das usuárias. Parte-se da compreensão do espaço urbano como expressão material das relações sociais, conforme propõe Flávio Villaça (1991), ao discutir a relação entre superestrutura e estrutura territorial.

Inspirado na abordagem centrada nas pessoas de Jane Jacobs (2007), que valoriza as interações cotidianas nos espaços urbanos como elementos fundamentais para sua vitalidade, o estudo busca explorar as narrativas que emergem da vivência das mulheres nos espaços analisados. Foram considerados o Parque do Bom Menino e Skate Park, Praça da Bíblia, Praça da Misericórdia e Praça da Saudade, a partir de entrevistas conduzidas pela SEMISPE, observações de campo e aplicação da Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade, metodologia na qual mulheres avaliaram as praças e os trechos que as conectam.

Com relação aos(as) comerciantes de rua cadastrados pelo programa, o estudo verificou um nível de satisfação com as intervenções e com o Trabalho Técnico Social (TTS) realizado. Ainda assim, observou-se que os espaços requalificados continuam insensíveis às demandas de gênero e reforçam ciclos de opressão que dificultam a plena apropriação das mulheres à cidade.



A mobilidade, analisada como categoria de pesquisa, reflete a lógica patriarcal de planejamento urbano, voltada prioritariamente para sujeitos que exercem funções produtivas. As mulheres, majoritariamente responsáveis por trabalhos reprodutivos e cuidados não remunerados, enfrentam limitações nos deslocamentos. Elas são maioria entre as usuárias do transporte público e realizam trajetos complexos, com múltiplas paradas, muitas vezes a pé.

Diante disso, foi desenvolvida uma metodologia de avaliação de espaços sob a perspectiva de gênero, que combina análise física, recorte socioespacial e auditoria participativa conduzida por mulheres enquanto especialistas urbanas. Essa abordagem visa fornecer ao poder público uma ferramenta qualitativa para o planejamento urbano mais inclusivo. A metodologia pode ser aplicada tanto em avaliações pós-ocupacionais quanto na etapa de elaboração de projetos, fortalecendo a participação feminina na construção de soluções urbanas.

Nesse sentido, o processo participativo é uma oportunidade para a gestão pública ouvir a comunidade e transformar suas demandas em ações a serem executadas pelo programa, mas acaba sendo realizado apenas com o intuito de cumprir os itens de relatório exigidos pelo BID, onde o registro oficial da comunidade discordando da intervenção proposta pode ocasionar paralização dos trabalhos e em situações críticas, quebra de contrato.

A participação eficaz dessas comunidades não deve ser imposta de maneira uniforme, mas sim adaptada às suas necessidades e realidades específicas. Conhecer o território de abrangência dos programas propostos através de diagnósticos que contemplem a comunidade local com toda a sua diversidade e especificidade, garantindo o direito à participação de todas e todos nas discussões e aprovações das propostas, é uma forma de aproximar a comunidade da cocriação de programas e ações que possam atender de fato suas demandas.

Ressalta-se que a efetividade das intervenções urbanas está condicionada à articulação com políticas públicas integradas, campanhas educativas e ações socioculturais. Isoladamente, as requalificações não são suficientes para romper com estruturas patriarcais.

A avaliação pós-ocupacional realizada pela SEMISPE apontou resultados positivos em termos de satisfação geral dos usuários, mas não considerou adequadamente os impactos na vida das mulheres. A baixa presença feminina, especialmente à noite, indica falta de apropriação desses espaços por elas. Muitas frequentam os locais apenas em função de atividades de cuidado, como levar crianças ou acompanhar idosos. Além disso, os grupos socialmente mais vulneráveis, moradores do Centro com renda entre um quarto e dois salários mínimos (IBGE, 2010), não aparecem como usuários regulares dos espaços requalificados, revelando desigualdade de acesso.

A questão central deste estudo é compreender quais fatores qualificam os espaços públicos requalificados para responder às necessidades de gênero e favorecer a presença



e o protagonismo das mulheres. A inclusão das mulheres no planejamento urbano como agentes e usuárias é indispensável à construção de cidades mais humanas e equitativas.

O planejamento urbano tem gradualmente integrado as vivências das crianças e das pessoas com mobilidade reduzida. No entanto, a perspectiva de gênero, além de incorporar todas as outras vivências, reconhece que as mulheres têm padrões de mobilidade distintos. Essa compreensão se estende à concepção dos espaços públicos, que deve contemplar as múltiplas necessidades dos habitantes. Abordar as questões de gênero no planejamento urbano não significa criar espaços segregados que excluam as demandas dos demais cidadãos. Pelo contrário, implica garantir uma abordagem inclusiva que leve em consideração o ponto de vista, as opiniões e as contribuições das mulheres para a construção da cidade contemporânea.

A nova metodologia proposta neste trabalho busca incorporar critérios de equidade de gênero, funcionalidade e empoderamento das mulheres, com base nas suas percepções diretas. Conclui-se que, embora os espaços apresentem avanços, a presença feminina ainda é limitada.

Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para novas abordagens no planejamento urbano e nas políticas públicas, fortalecendo o debate sobre gênero e cidade.

5 Referências

CALIÓ, Sônia Alves. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano**. In: _____; LOPES, Maria Margaret. **Mulher e espaço urbano**. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Mulheres sem história**. Revista de História (São Paulo), v. 114, p. 31-45, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058/64894>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LUGONES, Maria; **Colonialidade e Gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), 2008.

Mulheres Caminhantes – **Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana**. https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes_auditoria_de

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**, 2007.



**X Simpósio
de Design
Sustentável**
Mundos por vir_

X SDS 2025 - Sustainable Design Symposium

**3 a 5
DEZ
2025**

São Luís - MA



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design



QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Érico Nogueira. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª edição Studio Nobel. FAPESP, São Paulo.